



CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES – SETEMBRO/2020

Prazo	Obrigação	Disposição Legal
Até dia 18	As Prefeituras, Câmaras, Fundos de Previdência, Institutos de Previdência, Autarquias, Funda�es e Empresas Estatais Dependentes (todos municipais), deverão enviar altera�es de cadastros contábeis do mês de agosto de 2020 (balancetes isolados e conjuntos – quando couber).	Comunicado SDG n� 37/2019, do TCE-SP.
Até dia 18	A Câmara Municipal, as Autarquias e as Funda�es instituídas e mantidas pelo Município, devem repassar � Prefeitura o produto da arrecada�o do Imposto de Renda Retido sobre trabalho assalariado (folha de pagamento) e sem vínculo empregatício (contribuintes individuais), bem como sobre os pagamentos � outras pessoas jurídicas referentes serviços de: limpeza, conserva�o, manuten�o, serviços profissionais, propaganda, assessoria creditícia, dentre outros, retido no mês anterior.	Inc. I, do artigo 158, da Constitui�o Federal c/c alínea "e", do inciso I, do artigo 70, da Lei n� 11.196/2005. Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Até dia 18	Os �rg�os públicos devem efetuar o recolhimento das contribui�es previdenciárias decorrentes de Reclamatória Trabalhista sob os códigos 1708, 2801, 2810, 2909 e 2917, caso a sentença condenatória ou o acordo homologado seja silente quanto ao prazo em que devam ser pagos os créditos neles previstos. OBS.: O recolhimento das contribui�es sociais devidas deverá ser efetuado até o dia 20 do mês seguinte ao da liquida�o da sentença ou da homologa�o do acordo ou de cada parcela prevista no acordo, ou no dia útil imediatamente anterior, caso não haja expediente bancário no dia 20.	� 3�, do artigo 11, do Ato Declaratório Executivo Codac n� 46/2011.
Até dia 18	As Prefeituras devem fazer a transferência dos valores equivalentes a 25% das receitas vinculadas � educa�o referentes ao arrecadado no período de 01 a 10 deste mês.	� 5�, do artigo 69, da Lei n� 9.394/1996.
Até dia 18	As Prefeituras devem afixar e enviar � Câmara Municipal os balancetes da Receita e da Despesa do mês anterior.	Art. 49, da Lei Complementar n� 101/2000 e L.O.M..
Até dia 18	As Prefeituras devem repassar ao Legislativo os recursos financeiros. (duodécimo)	Inc. II, do � 2�, do artigo 29-A, e artigo 168, ambos da Constitui�o Federal.
Até dia 18	Os �rg�os públicos que possuem servidores segurados do Regime Geral de Previdência Social, devem recolher � Previdência Social (INSS) a contribui�o patronal e o desconto de contribui�o dos segurados empregados e agentes políticos. Igualmente recolher as contribui�es (20%), incidentes sobre os valores pagos aos prestadores de serviços sem vínculo empregatício – Contribuintes Individuais (trabalhadores aut�nomos), e demais pessoas físicas, assim como, o valor retido de (11%), mediante desconto na remunera�o a eles paga, relativo ao mês da liquida�o do empenho. OBS.: O não cumprimento importará na pena imposta pelo Art. 168-A do Decreto Lei n.� 2.848 – Código Penal – Pena – Reclusão de 2 a 5 anos e multa.	Art. 30, inciso I, letra "b" c/c � 2�; artigo 32, inciso IV, ambos da Lei n� 8.212/1991; artigo 4�, da Lei n� 10.666/2003; artigo 225, inciso IV e ��, do Decreto n� 3.048/1999; e Portaria Interministerial MT/MPAS n� 326/2000 c/c Portaria Interministerial n� MPS/TEM n� 227/2005, e inciso III, do artigo 80, da Instru�o Normativa RFB n� 971/2009.
Até dia 18	Os �rg�os públicos que possuem servidores segurados do Regime Geral de Previdência Social, devem recolher � Previdência Social (INSS) a contribui�o patronal e o desconto de contribui�o dos segurados empregados e agentes políticos, referente � competência abril/2020, caso tenham optado pela prorroga�o do vencimento, autorizada pela Portaria ME n� 139/2020.	Portaria ME n� 139/2020.
Até dia 18	Os �rg�os públicos devem recolher ao INSS as reten�es relativas � cessão de mão-de-obra ou empreitada de mão-de-obra (11%), das notas fiscais emitidas no mês anterior. OBS.: As Prefeituras, Câmaras, Autarquias Municipais, Funda�es Municipais, Entidades de Previdência Municipal, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas Municipais, Consórcios Intermunicipais e Consórcios Públicos (Lei Federal n� 11.107, de 06 de abril de 2005), devem observar a redu�o do percentual para 3,5%, quando contratarem determinados serviços mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada de mão-de-obra.	"caput", do artigo 31, da Lei n� 8.212/1991, e inciso III, do artigo 80, da Instru�o Normativa RFB n� 971/2009. � 6�, do artigo 7�, da Lei n� 12.546/2011.
Até dia 18	Os �rg�os e entidades executivos de trânsito dos municípios arrecadadores de multas de trânsito de sua competência ou de terceiros e recolhedores de valores � conta do Funset, devem prestar informa�es ao Denatran por meio do envio eletr�nico do arquivo "M", das multas de trânsito por eles arrecadadas no mês anterior, com as informa�es previstas no modelo estabelecido no Anexo II, da Portaria n� 95/2015, mediante a utiliza�o de Sistema Informatizado disponibilizado pelo DENATRAN.	Art. 11 da Portaria DENATRAN n� 95/2015.

Gestão Pública, Auditoria Contábil, Assessoria e Cons. em Administra o Municipal S/S Ltda.

Al. Jarbas Bento da Silva, 268 – V. Cicma – CEP 17800-000 – Adamantina/SP

Fone (18) 3521-5386 - www.gepam.adm.br - e-mail: gepam@gepam.adm.br



	OBS: Salvo se o banco já efetuou a retenção.	
Até dia 18	<p>Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios devem efetuar os repasses dos valores retidos das multas de trânsito arrecadadas no mês passado, relativos aos 5% destinado à conta do Funset.</p> <p>OBS.: Os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), arrecadadores de multas de trânsito e recolhedores de valores à conta do Funset, deverão prestar informações ao Denatran até o 20º dia de cada mês, conforme estabelecido no artigo 9º, da Portaria DENATRAM nº 11/2008.</p> <p>Salvo se o banco já efetuou a retenção.</p>	Art. 6º, da Portaria DENATRAM nº 11/2008, alterado pelo artigo 2º da Portaria DENATRAM nº 72/2008.

Atenciosamente,

GEPAM , 17 de setembro de 2020